

Este é um estudo sobre as relações entre grupos étnicos na cidade de Pelotas, entre os anos de 1850 e 1866. Inicialmente a pesquisa estuda a tendência dos crimes na região, buscando destacar as relações entre os referidos grupos. Utilizaram-se como fonte primária processos crimes para um levantamento das principais características da criminalidade. Em seguida foram selecionados para uma análise qualitativa alguns processos relativos à reescravização de pessoas livres. Usaram-se formulários adequados para a transcrição parcial dos processos: os relatos das pessoas envolvidas; utilizando conceitos e metodologia de análise de discurso juntamente com a bibliografia procurou-se elucidar conclusões. Nestes crimes, a maioria referente a negros libertos pelas leis do Uruguai, vítimas do tráfico de pessoas na fronteira, foram encontrados réus brasileiros brancos e negros, portugueses e uruguaios. Conforme foi observado nas análises de discurso, os compradores sabiam que estavam participando de uma atividade de tráfico, além disso, foi constatado que os estrangeiros (menos uruguaios) não participavam desta de forma direta. A polícia apresenta um comportamento ambíguo em reprimir e punir os culpados, é possível afirmar que não havia este interesse. Tendo leis e uma discussão diplomática com o país vizinho que fazia interferências, os processos talvez tivessem início para dar uma satisfação e evitar conflitos com o Uruguai, sendo que este possivelmente estava mais preocupado com questões ligadas à consolidação do estado nacional e de suas fronteiras. A escravidão é a maior representatividade de dominação de um grupo étnico sobre outro. O tráfico de escravos era legitimado pela sociedade da época e foi uma maneira de negar a inserção do negro como cidadão nesta, sendo assim, a reescravização de pessoas livres passa a ser entendida como um dos signos ativadores das fronteiras étnicas.